

INSTRUÇÕES

1. Não abra este caderno antes de autorizado pelo fiscal de prova.
2. Depois de autorizado pelo fiscal, verifique se faltam folhas neste caderno, se a sequência de 40 (QUARENTA) questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal de prova qualquer irregularidade.
3. A prova é composta de 40 (QUARENTA) questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D e E**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais de provas. Utilize os espaços e/ou páginas em branco para rascunho. Não destaque folhas deste caderno.
6. Ao receber a folha de respostas (gabarito), examine-o e verifique se o seu nome está impresso nele. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao fiscal de prova.
7. Transcreva as respostas para a folha de respostas (gabarito) com caneta esferográfica transparente de **tinta preta ou azul**. A folha de respostas (gabarito) será o único documento válido para efeito de correção. **Em hipótese alguma ocorrerá a substituição da folha de respostas (gabarito) por erro de preenchimento ou qualquer dano causado pelo candidato.**
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre candidato, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos, eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e, juntamente com outros objetos, deverão ser colocados sob a carteira ou mesmo no assoalho da sala, dentro do saco plástico.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para preenchimento da folha de respostas, é de **3 (três) horas** a partir do início da prova.
11. Ao terminar a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de prova. Aguarde a autorização para entregar a folha de respostas (gabarito).
12. O candidato, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização. Após o tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos de prova, o candidato poderá retirar-se do local de realização das Provas Objetivas levando consigo o caderno de prova que contém e espaço para anotação do gabarito.
13. Os três últimos candidatos de cada sala ficam retidos para assinarem, juntamente com os fiscais daquela sala, a ata e o lacre do envelope dos gabaritos.
14. Não esquecer de levar seus pertences pessoais.

Prova de Conhecimento: Português - (1 – 5)

Considere o fragmento de texto a seguir para as questões 01 a 05:

A periodização da história jamais é um ato neutro ou inocente: a evolução da imagem da Idade Média na época moderna e contemporânea comprova isso. Por meio da periodização, expressa-se uma apreciação das sequências assim definidas, um julgamento de valor, mesmo que seja coletivo. Aliás, a imagem de um período histórico pode mudar com o tempo.

A periodização, obra do homem, é portanto ao mesmo tempo artificial e provisória. Ela evolui com a própria história. Em relação a isso, ela tem uma dupla utilidade: permite melhor controlar o tempo passado, mas também sublinha a fragilidade desse instrumento do saber humano que é a história.

O termo “Idade Média”, que expressa a ideia de que a humanidade sai de um período brilhante esperando, sem dúvida, entrar num período tão radioso quanto, é difundido, diz-se, no século XV, principalmente em Florença: aí está a razão pela qual essa cidade se torna o centro do humanismo. O próprio termo “humanismo” não existe antes do século XIX: em torno de 1840, ele designa a doutrina que coloca o homem no centro do pensamento e da sociedade. Parece que ele é primeiramente encontrado na Alemanha, e depois em Pierre Joseph Proudhon, em 1846. Vemos que o termo “Renascimento” levou tempo para impor-se diante do termo “Idade Média”. [...]

Se agora nos voltarmos para trás, a cronologia não é mais clara, nem mais precoce. Na Idade Média, a noção de “Antiguidade” é reservada a Grécia e Roma pelos eruditos. A ideia de uma Antiguidade da qual, de alguma forma, sairia a Idade Média – dado que esse período dito antigo parece ter sido o modelo e a nostalgia da maior parte dos clérigos medievais – não aparece antes do século XVI, e ainda assim de maneira fluida. [...]

Durante muito tempo se fez corresponder o fim da Antiguidade com a conversão do imperador Constantino ao cristianismo (Édito de Milão, 313) ou com a remissão ao imperador de Bizâncio das insígnias imperiais ocidentais (476). Porém, vários historiadores enfatizaram que a transformação de uma época a outra foi longa, progressiva, cheia de sobreposições.

Fonte: LE GOFF, J. *A história deve ser dividida em pedaços?*. Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 29-31.

01. O tema central do texto selecionado está relacionado à	
A.	defesa de que o historiador se distancie de juízos de valor ao propor a divisão da história em períodos.
B.	problematização da ideia de divisão cronológica da história, que pode ter caráter provisório e valorativo.
C.	proposta de rever a denominação de “Idade Média” para o período que se conhece como medieval.
D.	revisão dos termos “humanismo” e “Renascimento” para caracterizar o período pós-medieval.
E.	crítica à proposta de reservar a denominação “Antiguidade” à era clássica greco-romana.

02. De acordo com o texto, é CORRETO dizer que o termo “Idade Média”	
A.	fixou-se no Renascimento e manteve-se com o mesmo conceito até nossos dias, diferentemente do que ocorreu com outras designações de períodos históricos, como “Antiguidade” e “Renascimento”.
B.	tinha inicialmente conotação positiva, relacionada a um período brilhante, mas adquiriu, no início do Renascimento, conotação negativa, vinculada à ideia de retrocesso em relação à Antiguidade clássica.
C.	designa um período histórico cujo entendimento foi se modificando ao longo do tempo, provando que a periodização da história não é uma construção imparcial e definitiva.
D.	refere-se a uma denominação provisória atribuída pelos clérigos medievais saudosos da Antiguidade greco-romana, que se solidificou ao longo do tempo, sem qualquer divergência entre historiadores.
E.	resulta de uma escolha consensual entre os historiadores modernos para marcar a mudança súbita e radical em relação à Idade Antiga, ocorrida com a desagregação do Império Romano do Ocidente.

03. Marque a alternativa INCORRETA com relação ao primeiro parágrafo do texto.	
A.	O pronome “isso” faz remissão à totalidade da porção textual que antecede os dois pontos.
B.	O termo “jamais” indica que o critério de periodização da história é, em qualquer circunstância, valorativo e parcial.
C.	Os termos “neutro” e “inocente” se contrapõem, no sentido pretendido no texto, a “apreciação” e “julgamento de valor”.
D.	A expressão “mesmo que” pressupõe que o critério de periodização poderia passar somente pelo crivo de um indivíduo ou de um grupo restrito de indivíduos.
E.	O advérbio “aliás” introduz uma ratificação, por meio de paráfrase, em relação ao que se afirmou no período anterior do texto.

04. Assinale a alternativa CORRETA com relação ao uso das vírgulas no seguinte trecho: “O termo ‘Idade Média’, que expressa a ideia de que a humanidade sai de um período brilhante esperando, sem dúvida, entrar num período tão radioso quanto, é difundido, diz-se, no século XV, principalmente em Florença [...]”	
A.	As duas primeiras vírgulas isolam uma oração coordenada explicativa.
B.	As vírgulas antes e depois de “sem dúvida” demarcam uma oração intercalada.
C.	A vírgula após “quanto” indica unicamente omissão de palavra.
D.	As vírgulas antes e depois de “diz-se” isolam uma oração adjetiva restritiva.
E.	As vírgulas antes e após “no século XV” isolam uma expressão adverbial de tempo.

05. Assinale a alternativa INCORRETA com relação ao seguinte trecho: “A periodização, obra do homem, é portanto ao mesmo tempo artificial e provisória. Ela evolui com a própria história. Em relação a isso, ela tem uma dupla utilidade: permite melhor controlar o tempo passado, mas também sublinha a fragilidade desse instrumento do saber humano que é a história.”

A.	O termo “artificial” é coerente com a ideia veiculada em “obra do homem”, que pressupõe algo não natural.
B.	O pronome “ela” tem o mesmo referente nas duas ocorrências: “a periodização”.
C.	A conjunção “portanto” expressa uma conclusão em relação a algo que foi dito anteriormente no texto.
D.	Os dois pontos introduzem exemplos de como a periodização pode ser precária e efêmera.
E.	O termo “sublinha” poderia ser substituído, sem prejuízo de sentido, por “evidencia”.

Prova de Conhecimento: Matemática (06 – 10)

06. O time de futebol “Amarelão”, criado no final da década de 40, obteve, até o momento, em partidas oficiais e em amistosos, 3.120 vitórias, 1.363 derrotas e 1.517 empates. Sabendo disso, é CORRETO afirmar que a razão entre o número de vitórias e o total de partidas disputadas é de:

A.	0,23.
B.	0,25.
C.	0,38.
D.	0,52.
E.	0,69.

07. Um retângulo possui a medida de seu lado maior igual ao quádruplo do lado menor, e a área mede 605cm^2 . Sabendo disso, determine as medidas de cada um dos lados.

A.	11cm e 55cm.
B.	10cm e 50cm.
C.	15cm e 75cm.
D.	5cm e 25cm.
E.	8cm e 40cm.

08. Ana Carolina vive se queixando de dores nas costas. Sua mãe vive dizendo que as dores são resultado da mochila pesada que ela carrega. Sabendo que, quando Ana Carolina se pesou com a mochila nas costas, a balança marcou 79 Kg e que, sem a mochila, a balança registrou $\frac{4}{5}$ do valor que havia sido marcado inicialmente, é CORRETO dizer que os pesos da mochila e de Ana Carolina são, respectivamente:

A.	19,80 Kg e 59,20 Kg.
B.	19,20 Kg e 59,80 Kg.
C.	15,80 Kg e 63,20 Kg.
D.	14,20 Kg e 64,80 Kg.
E.	18,90 Kg e 60,10 Kg.

09. A assinatura bimestral de um jornal impresso custa R\$ 220,00. O preço da assinatura bimestral desse mesmo jornal, só que on-line, custa $\frac{4}{5}$ do valor impresso. Sabendo disso, a diferença do valor pago por uma assinatura anual do jornal impresso e do jornal on-line é de:	
A.	R\$ 388,00.
B.	R\$ 264,00.
C.	R\$ 132,00.
D.	R\$ 226,00.
E.	R\$ 405,62.

10. O armazém do Sr. João recebe a visita de três vendedores de sabão em barra, periodicamente. Hoje, os três vendedores se encontraram e foi uma cena engraçada, pois aproveitaram o encontro para contar “causos”. Como foi muito divertido, eles combinaram de se encontrar mais vezes. Sabendo que o vendedor A passa a cada 30 dias; o vendedor B, a cada 48 dias; e o vendedor C, a cada 72 dias, é CORRETO afirmar que o próximo encontro será daqui a:	
A.	689 dias.
B.	822 dias.
C.	544 dias.
D.	738 dias.
E.	720 dias.

Prova de Conhecimentos Gerais e Legislação (11 – 15)

11. Segundo o art. 15 da Lei nº 1.350, de 16 de julho de 2014, que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município de Santo Antônio da Platina, são requisitos básicos para a nomeação:	
I - Aprovação em concurso público.	
II - Apresentação dos documentos exigidos por lei e pelo edital do concurso, na ocasião da posse.	
III - Inexistência de impedimento legal para ingresso na administração pública municipal.	
IV - Outros requisitos previstos em lei, editais ou normas específicas do concurso.	
A.	Somente os itens I e II.
B.	Somente os itens I e III.
C.	Somente os itens I, III e IV.
D.	Somente os itens I e IV.
E.	Todos os itens, I, II, III e IV.

12. A História regional mostra-nos que, antes da efetiva ocupação de Santo Antônio da Platina, alguns fatos movimentaram a região e nomes como o de “.....” (o fundador do povoado) tornaram-se familiares aos ouvidos dos desbravadores. Quem foi o fundador do povoado?	
A.	Américo Olympio do Prado.
B.	Francisco da Silva Machado.
C.	Antônio Pinto da Fonseca.
D.	Carlos Cavalcanti de Albuquerque.
E.	Rodolpho Eugênio Ferreira.

13. Qual o ano de instalação do município de Santo Antônio da Platina?	
A.	20/08/1910
B.	20/08/1912
C.	20/08/1913
D.	20/08/1914
E.	20/08/1915

14. Segundo o art. 25 da Lei nº 1.350, de 16 de julho de 2014, que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município de Santo Antônio da Platina, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 03 (três) anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:	
A.	Assiduidade, Capacidade de iniciativa, Produtividade; Responsabilidade, Empatia.
B.	Assiduidade, Disciplina, Capacidade de iniciativa, Produtividade, Responsabilidade.
C.	Empatia, Disciplina, Capacidade de iniciativa, Número de faltas, Responsabilidade.
D.	Assiduidade, Disciplina, Capacidade de iniciativa, Produtividade, Responsabilidade.
E.	Sinergia, Disciplina, Capacidade gerencial, Produtividade, Liderança.

15. O primitivo homem paranaense pertencia à família tupi-guarani e jê. Foram os tupis que deram nome ao Estado: Paraná. Na língua tupi-guarani, qual é o significado de Paraná?	
A.	Rio Bonito.
B.	Rio Caudaloso.
C.	Água Grande.
D.	Rio Grande.
E.	Rio da Prata.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO CARGO
ASSISTENTE SOCIAL (16-40)

16. De acordo com Yamamoto (2021), no artigo intitulado *Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora*, “A orientação histórico-crítica do Serviço Social brasileiro é inédita na literatura mundial do Serviço Social na atualidade, o que requer de nós construir estratégias para o nosso diálogo acadêmico internacional. No Brasil, essa orientação vem permitindo inúmeras conquistas coletivas, cuja preservação implica o fortalecimento de um arco de alianças entre os segmentos progressistas da categoria e as forças políticas sensíveis ao universo dos/as trabalhadores/as”. Para a autora, as inúmeras conquistas dos/as assistentes sociais nas últimas cinco décadas também tecem um conjunto de desafios do presente:

I - a construção e divulgação de uma imagem do Serviço Social vinculada aos direitos, na negação da benemerência, respaldada no desempenho cotidiano, considerando atribuições, prerrogativas e posicionamentos ético-políticos, rompendo com leituras circunscritas a supostos universos “internos” do Serviço Social.

II - a ampliação de atribuições e competências do/a assistente social para além da execução de políticas públicas, incluindo sua formulação, avaliação e financiamento, afirmando a necessidade social de trabalho desse/a profissional.

III - o desenvolvimento de estudos sobre a formação social e histórica do Brasil e suas incidências no universo do Serviço Social, explicando as expressões da “questão social” e dos sujeitos que as vivenciam em suas dimensões de raça, etnia, sexualidade, geração e território - a classe trabalhadora e seus segmentos - com os quais trabalhamos; e contribuímos para sua visibilidade na cena pública, também incluindo imigrantes, refugiados/as, apátridas e populações originárias.

IV - a defesa das condições de trabalho seguras e legalmente protegidas, do piso salarial e a implementação da jornada de trabalho legal de 30 horas; uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletivos, higienização de locais de trabalho, além do uso consciente de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs), que se expandem com o trabalho em home office - já presente na organização do trabalho em moldes “flexíveis” e impulsionada pela pandemia.

V - importantes estudos sobre competências e atribuições profissionais (art. 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão) e sua atualização nas áreas de assistência, saúde pública, educação, sociojurídica, das cidades, dentre outras, para orientar os/as colegas no campo de trabalho.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA:

A.	Somente as alternativas I e IV estão corretas.
B.	Somente as alternativas I, II e IV estão corretas.
C.	Somente as alternativas II, III e IV estão corretas.
D.	Somente as alternativas I, II e V estão corretas.
E.	Todas as alternativas estão corretas.

17. Conforme exemplificado por Barroco (2012), no livro *Código de Ética do/a Assistente Social: comentado*, em um atendimento, “o usuário passa por diferentes profissionais e não é atendido em suas necessidades, o resultado da ação profissional é a não viabilização de suas necessidades acrescida de situações de humilhação e constrangimento.” Para a autora, práticas como essas resultam na inviabilidade de uma ética comprometida com os direitos dos usuários, porém, a responsabilidade dos profissionais nem sempre é posta em questão. Considerando essa questão, de acordo com o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, o assistente social deve se esforçar para, EXCETO:

A.	Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as.
B.	Contribuir para a criação de mecanismos que desburocratizem a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
C.	Ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional.
D.	Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
E.	Denunciar ao Conselho Regional as instituições, públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais.

18. O título III do Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, de 1993, trata das Relações Profissionais, no capítulo II Das Relações com as Instituições Empregadoras e outras, pautando na sequência os artigos 7º e 8º, que regulamentam os Direitos e os Deveres do(a) Assistente Social nesta relação. Considerando o que está disposto nos artigos citados, identifique as alternativas:

1 – para identificar o que estabelece os Direitos do(a) Assistente Social.
2 – para identificar o que estabelece os Deveres do(a) Assistente Social.

dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.
 integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.
 programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.
 empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, por meio dos programas e políticas sociais.
 contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA, de cima para baixo:

A.	(2), (2), (1), (1) e (2)
B.	(2), (1), (1), (2) e (1)
C.	(1), (2), (2), (1) e (1)
D.	(1), (1), (2), (2) e (2)
E.	(2), (2), (1), (1) e (1)

19. A Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, versa no artigo 8º que compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições, EXCETO:	
A.	orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.
B.	aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.
C.	zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional.
D.	estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
E.	prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

20. De acordo com Yamamoto (2021), no artigo intitulado *Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora*, “O Serviço Social brasileiro assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos/as trabalhadores/as, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. Ele representa o antídoto para enfrentar a alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado. Dotado de ‘caráter ético-político’, ele dispõe de uma dimensão de universalidade que impregna o trabalho cotidiano voltado aos interesses da coletividade ou da ‘grande política’, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social”. Na sequência do texto, após a citação mencionada, a autora apresenta argumentos que retratam o contexto atual da sociedade. Diante do exposto, assinale a alternativa INCORRETA, que não corresponde aos argumentos da autora:

A.	É necessário cultivar, nessa categoria, a competência crítica – para além das necessidades do mercado e do capital –, politicamente sensível aos interesses e necessidades da maioria dos/as trabalhadores/as, o que requer articular razão crítica e história.
B.	As políticas anticrise de raiz ultraliberal – hoje na sua plenitude – são partes de um “projeto de classe destinado a restaurar e consolidar o poder do capital, privatizando lucros e socializando custos”, como alerta Harvey (2011).
C.	Nesses tempos devastadores e obscurantistas – e na sua contracorrente –, universidades e entidades profissionais nada podem fazer para ativar o pensamento crítico, o que resta ao profissional é aceitar os dilemas nacionais e regionais como parte constitutiva de seu trabalho.
D.	As riquezas naturais – das florestas, dos minérios, da água e do ar – subordinam-se à lógica da mercantilização e da reprodução ampliada do capital, comprometendo a qualidade de vida no planeta e as populações originárias, a exemplo da Amazônia brasileira na atualidade.
E.	Ao eclodir, a pandemia do Sars-Cov-2 (Covid-19) encontra um terreno já minado pela crise do capital. A perspectiva neoliberal tende a “naturalizar” a crise, atribuindo sua razão de ser a um elemento biológico, exógeno à economia. Nesse cenário sanitário, a vacinação é absolutamente necessária para preservar vidas – ainda que não suficiente para dinamizar a produção e o consumo no país e reverter o crescimento de desigualdades/ dificuldades preexistentes.

21. O Conteúdo Programático apresenta a temática Fundamentos Teórico-Metodológicos e Pressupostos Éticos da Prática. Sobre esse tema, os estudos de Barroco (2012) apresentam que o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993 garante em seu conteúdo artigos para que o(a) assistente social tenha o direito de manter contato direto com os usuários, seja em seus locais de moradia, como de organização. Bem como detém informações e conhecimento sobre os programas institucionais, reforçando o seu poder reivindicatório na luta pela efetivação dos direitos da população usuária. Assim, o Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993 determinou alguns direitos e deveres do assistente social no trato da questão apresentada:

Diante do exposto, assinale a alternativa INCORRETA:

A.	Ter livre acesso à população usuária.
B.	Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
C.	Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
D.	Respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras.
E.	Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

22. Para Yamamoto (2001), o projeto ético-político do Serviço Social se constituiu no cenário dos anos 1990, no embate entre distintos projetos de sociedade, sendo fruto da luta, organização e qualificação teórica e política da categoria, que, desde a década de 1980, veio sendo coletivamente construído pela categoria dos assistentes sociais. Esse projeto profissional traz em seu cerne a defesa dos direitos sociais, da cidadania, da esfera pública no horizonte da ampliação progressiva da democratização da política e da economia na sociedade.

Para a autora, esse projeto político profissional se materializou nos seguintes documentos legais da profissão:

I - no Código de Ética do(a) Assistente Social de 1993, Resolução CFESS nº 273 de 13 março de 1993.

II - na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

III - na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

IV - nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, de 1996, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (antiga ABESS na atualidade ABEPSS).

V - na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA:

A.	Somente as alternativas I e II estão corretas.
B.	Somente as alternativas I, II e III estão corretas.
C.	Somente as alternativas II e V estão corretas.
D.	Somente as alternativas I, III e IV estão corretas.
E.	Todas as alternativas estão corretas.

23. De acordo com o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo II Da Seguridade Social, Seção IV Da Assistência Social, artigo 203 “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:”.

Assinale **V** para a afirmativa **verdadeira** e **F** para a **falsa**.

- () a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- () o amparo às crianças e adolescentes carentes.
- () a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- () a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- () a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(F), (V), (V), (F) e (F)
B.	(F), (F), (V), (F) e (V)
C.	(F), (V), (F), (V) e (F)
D.	(V), (V), (V), (V) e (V)
E.	(V), (V), (F), (V) e (F)

24. Os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social tratam de temáticas que são centrais para o trabalho do assistente social nessa área, quais sejam: A Assistência Social como Política de Seguridade Social; Serviço Social é profissão; Assistência Social é Política Pública; O trabalho do/a assistente social na Assistência Social; O trabalho interdisciplinar na Política de Assistência Social; e A gestão de trabalho no Sistema Único de Assistência Social. Na especificidade do item intitulado “O trabalho do/a assistente social na Assistência Social”, os parâmetros discutem sobre as atribuições e competências dos/as profissionais de Serviço Social, potencializando que, tanto na política de Assistência Social ou em outro espaço sócio-ocupacional, essas devem ser orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, legislações que devem ser observadas e respeitadas, tanto pelos/as profissionais quanto pelas instituições empregadoras. Fundamentam, ainda, sobre a importância do reconhecimento da questão social em uma perspectiva totalizante para a identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais na atuação profissional. Portanto, nessa perspectiva, e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam, do/a profissional, algumas competências gerais, que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa a intervenção profissional do(a) assistente social na política de Assistência Social, sendo CORRETO afirmar:

A partir das fundamentações apresentadas na cartilha intitulada Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, assinale **V** para a afirmativa **verdadeira** e **F** para a **falsa**.

- () apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade.
- () análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no país e as particularidades regionais.
- () compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.
- () identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(V), (V), (V) e (V)
B.	(F), (V), (F) e (V)
C.	(V), (F), (V) e (F)
D.	(V), (V), (F) e (F)
E.	(V), (F), (F) e (F)

25. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. No artigo 1º, apresenta a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. O capítulo III, que trata Da Organização e da Gestão, apresenta no artigo 6º a concepção de que “A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas)”, com os seguintes objetivos:

Diante do exposto, assinale **V** para a afirmativa **verdadeira** e **F** para a **falsa**.

() consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva.

() integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C.

() estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.

() definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais.

() implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(V), (V), (F), (F) e (F)
B.	(F), (F), (F), (F) e (F)
C.	(V), (F), (V), (F) e (F)
D.	(F), (F), (V), (F) e (V)
E.	(V), (V), (V), (V) e (V)

26. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. No Capítulo IV, trata dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social, constituindo as seguintes seções: Seção I – Do Benefício da Prestação Continuada; Seção II – Dos Benefícios Eventuais; Seção III – Dos Serviços; Seção IV – Dos Programas de Assistência Social; e Seção V – Dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza.

Considerando o que está disposto no Capítulo IV da LOAS, na especificidade das seções III, IV e V, identifique as alternativas:

1 – para identificar o que a LOAS conceitua como Serviços.

2 – para identificar o que a LOAS conceitua como Programas de Assistência Social.

3 – para identificar o que a LOAS conceitua como Projetos de Enfrentamento da Pobreza.

() compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

() atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observados os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

() compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(2), (3) e (1)
B.	(3), (2) e (1)
C.	(3), (1) e (2)
D.	(2), (1) e (3)
E.	(1), (2) e (3)

27. Simões (2008), no livro *Curso de Direito do Serviço Social*, Parte II A Seguridade Social, e item III Os Conselhos – Gestão Administrativa Descentralizada, em um dos itens, discute a questão da Natureza e do Funcionamento dos conselhos, considerando que esses “[...] derivam do modelo constitucional brasileiro de organização do Estado democrático de direito, sob regime federativo, fundado na descentralização político-administrativa e na participação popular.”

Considerando o que está disposto no item que trata da natureza e funcionamento dos Conselhos, identifique as alternativas:

1 – para identificar o que o autor estabelece como natureza.

2 – para identificar o que o autor estabelece como funcionamento.

São órgãos de deliberação colegiada de caráter permanente, de composição paritária entre governo e sociedade civil, com funcionamento orgânico regulado por regimento interno.

São órgãos deliberativos, de fiscalização, coordenação e execução, aos quais a autoridade executiva (prefeitos, governadores ou o presidente da República), entretanto, não está subordinada.

Um plenário, integrado pelos conselheiros e uma secretaria executiva, que tem suas atribuições definidas pelo regimento interno ou, na falta deste, pelas decisões do plenário.

Constituem um canal de interlocução entre o público e o privado, o Estado e a sociedade civil.

Paridade do número de representantes dos usuários e prestadores de serviços, profissionais da área, em face dos representantes dos segmentos do governo.

Plena igualdade no exercício dos cargos; a inexistência de limites constitucionais ao número de conselheiros, apenas condicionados aos limites materiais e físicos, a fim de evitar a dispersão e disfuncionalidade operacional.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(1), (2), (2), (1), (1) e (2)
B.	(1), (1), (2), (1), (2) e (2)
C.	(1), (1), (2), (2), (1) e (1)
D.	(2), (1), (1), (2), (1) e (2)
E.	(1), (2), (2), (1), (1) e (1)

28. No artigo intitulado “O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social”, Yazbek (2016) questiona alguns dilemas, desafios e tendências que se colocam para as políticas públicas naquele contexto histórico – que continuam presentes na atualidade –, com ênfase ao enfrentamento da desigualdade social e da pobreza, em um contexto de crise estrutural do capital que, conseqüentemente, afeta a vida social, econômica e cultural da população. Para autora, um “Cenário que intensifica e aprofunda para as Políticas Sociais Públicas, que se tornam cada vez menos universais e mais focalizadas, demandas relacionadas à realização de direitos de seus usuários, âmbito privilegiado do exercício profissional e lugar onde o Assistente Social se vê submetido a processos de sucateamento e precarização de seu trabalho e enfrenta o desafio de desenvolver ações de resistência e construir alianças estratégicas na direção de um outro projeto societário.” Considerando o texto acima e os estudos da autora, sobre as Políticas Públicas e o Serviço Social, assinale a alternativa INCORRETA:

A.	A dimensão coletiva da rebeldia criada pela consciência de que são “iguais” na condição de classe coloca a questão das lutas dos subalternos em um novo patamar: na perspectiva de sua constituição como sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe.
B.	Ao adquirir visibilidade, conquistar direitos e protagonismo social, as classes subalternas avançam no processo de ruptura com a condição subalterna e na produção de outra cultura, em que prevaleçam seus interesses, e apresentam como reivindicação de movimentos dos subalternos em seu processo de luta por direitos sociais.
C.	O Estado, e suas políticas, não pode ser autonomizado em relação à sociedade, expressando relações e interesses vigentes nessa sociedade; relações em que estão sempre em disputa os sentidos da sociedade. Nessa disputa, há, sempre, um conjunto de determinações dentro das quais as opções se efetivam.
D.	As atividades do Serviço Social se constituem em mediações técnicas-políticas e, necessariamente, redefinem-se a partir de condições concretas. E, à medida que novas situações colocam novos desafios e exigências, a profissão busca atualizar-se, redefinindo seus procedimentos e estratégias de ação, adequando-se às novas demandas e redefinições do mercado de trabalho e da conjuntura social.
E.	O movimento da profissão Serviço Social, que pode (ou não) realizar direitos de cidadania, faz-se sem referentes, não segue uma direção social apoiada na força de um projeto profissional ético, político, teórico, metodológico e técnico-operativo.

29. Para Pereira (2008), é primordial compreender que política pública não é sinônimo de política estatal. A palavra pública não tem identificação exclusiva com o Estado, mas com o que em latim se denomina de *res* (coisa) e *publica* (de todos), de tal modo, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. Assim, o caráter público dessa política deriva de um conjunto de decisões e ações que resulta, ao mesmo tempo, de ingerência do Estado e da sociedade. Em seus estudos, a autora apresenta algumas qualidades que lhes são peculiares:

Diante do exposto, assinale a alternativa INCORRETA:

A.	Constitui um marco ou linha de orientação para a ação pública, sob a responsabilidade de uma autoridade também pública sob o controle da sociedade.
B.	Deve visar à satisfação das necessidades sociais, da rentabilidade econômica privada em meio às necessidades do capital.
C.	Visa a concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. São os programas, projetos e serviços sociais que tornam evidente uma política pública.
D.	Guia-se pelo princípio do interesse comum, ou público, e da soberania popular, e não do interesse particular e da soberania dos governantes.
E.	Trata-se de uma política pública, de uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade desempenham papéis ativos.

30. A professora Regina Célia Miotto tem uma vasta produção científica sobre a concepção e o papel da família na história da humanidade e na esfera da proteção social. Considerando seus estudos sobre os temas: Concepção de família; Requisições para o trabalho com família; Família e política social, assinale **V** para a afirmativa **verdadeira** e **F** para a **falsa**.

() A família não é apenas uma construção privada, mas também pública, e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. E, nesse contexto, pode-se dizer que é a família que cobre as insuficiências das políticas públicas, ou seja, longe de ser um refúgio num mundo sem coração, é atravessada pela questão social.

() Pensar a família no campo da proteção social implica reconhecer que a família, na sua dimensão simbólica, na sua multiplicidade, na sua organização, é importante à medida que subsidia a compreensão sobre o lugar que lhe é atribuído na configuração da proteção social de uma sociedade, em determinado momento histórico.

() O fracasso das famílias é entendido como resultado da incapacidade de gerirem e otimizarem seus recursos, de desenvolverem adequadas estratégias de sobrevivência e de convivência, de mudar comportamentos e estilos de vida, de se articularem em redes de solidariedade e, também, de serem incapazes de se capacitarem para cumprir com as obrigações familiares.

() Defende a ideia de tratar a família a partir de determinada estrutura, tomada como ideal (casal com seus filhos) e com papéis pré-definidos.

() Analisa a família numa perspectiva relacional. Ou seja, que as relações familiares estão circunscritas apenas às relações estabelecidas na família, seja no âmbito de seu domicílio, seja na sua rede social primária. Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(V), (F), (F), (F) e (F)
B.	(F), (V), (F), (F) e (V)
C.	(V), (V), (V), (V) e (F)
D.	(F), (F), (V), (V) e (V)
E.	(V), (V), (V), (F) e (F)

31. Em 2020, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou um relatório intitulado Sistematização e Análise de Registros da Opinião técnica emitida pela(o) Assistente Social em Relatórios, Laudos e Pareceres, Objetos de Denúncias Éticas Presentes em Recursos Disciplinares Julgados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Na PARTE 3 – PROCESSOS DE TRABALHO E DOCUMENTOS TÉCNICOS EM SERVIÇO SOCIAL, no item 3.2, em que trata do Estudo Socioeconômico e seleção socioeconômica, apresenta o entendimento de que é importante avançar sobre o que tem sido denominado como estudo socioeconômico, com base em algumas investigações no âmbito do Serviço Social, para, assim, contribuir para o debate sobre a constituição desse estudo como atribuição privativa ou como competência da(o) assistente social. Os estudos permitiram afirmar que “estudo social”, “estudo socioeconômico”, “avaliação socioeconômica”, “seleção socioeconômica”, têm sido utilizados no meio profissional, ora como sinônimos, ora com diferenças – geralmente definidas na relação com sua finalidade no espaço institucional em que é processado. Tal constatação aponta para a importância de que a categoria profissional passe a contar com orientações e/ou referenciais mais objetivos para identificação e processamento do trabalho que envolve todos e cada um deles.

Considerando a importância das particularidades dos itens citados para o Serviço Social, na especificidade do item 3.2, na abordagem do Estudo Socioeconômico e Seleção socioeconômica identifique as bases conceituais nas alternativas:

1 – para identificar o que constitui ESTUDO.

2 – para identificar o que constitui SOCIAL.

3 – para identificar o que constitui SOCIOECONÔMICO.

4 – para identificar o que constitui SELEÇÃO (no sentido de seletividade).

() relaciona-se a um processo de conhecimento de determinado objeto, com vistas a determinado objetivo.

() refere-se à escolha, a partir de determinados critérios, no caso em análise, para acessar ou não determinados serviços e/ou direitos decorrentes de políticas públicas. Isto é, entre um grupo de pessoas, qual (ou quais) atende a critérios para receber cesta básica, acessar um imóvel para moradia, receber renda complementar, acessar o BPC etc.

() articula ao social, com certa preponderância, fatores relativos à capacidade e/ou possibilidade de acesso a bens e serviços para a reprodução da vida – tanto decorrentes de políticas de corte social, como via aquisição no mercado, como é próprio da visão neoliberal em sociedades capitalistas.

() diz respeito às relações construídas, ou em construção, pelos seres humanos, com vistas à (re)produção material da vida, que também rebate ou sofre rebatimentos na/da sua dimensão subjetiva, cultural, moral etc.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(2), (1), (3) e (4)
B.	(4), (3), (2) e (1)
C.	(1), (4), (3) e (2)
D.	(1), (2), (4) e (3)
E.	(3), (1), (2) e (4)

32. Considerando a questão da interdisciplinaridade, assinale a alternativa INCORRETA:	
A.	Apresenta-se como uma possibilidade de resgate do homem com a totalidade da vida. É uma nova etapa, promissora, no desenvolvimento da ciência, em que o próprio conceito das ciências começa a ser revisto.
B.	Define-se e elabora-se por uma crítica das fronteiras das disciplinas, de sua compartimentação, proporcionando uma grande esperança de renovação e de mudança no domínio da metodologia das ciências humanas.
C.	O trabalho em equipe deve ser orientado pela perspectiva de totalidade, com vistas a situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não o responsabilizar pela sua condição socioeconômica.
D.	Favorece um diálogo vivo, promotor de uma abertura que visa à conjunção. Assim, consolida-se como campo fértil na articulação entre os diferentes níveis de organização do conhecimento (disciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade), e em uma postura de transcendência, amplia-se para além deles.
E.	Surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação.

<p>33. Considerando o papel do território para analisar a constituição das políticas públicas, remete à apreensão de que o território é muito mais do que um simples espaço geográfico; ele apresenta uma dinâmica de relações humanas, é alvo de ações políticas, é permeado por redes e movimentos. Há toda uma dinâmica que comporta atores sociais que, nele, (re)constróem seus territórios, exercendo relações de poder, gestão e identidade. Segundo Marcelo José Lopes de Souza, para analisar o território, “[...] é imperioso que saibamos despi-lo do manto de imponência com o qual se encontra, via de regra, adornado.”</p> <p>Com base nos estudos de Souza, sobre território, qual concepção o pesquisador defende? Assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.</p> <p>() O território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma diferença entre os membros da coletividade.</p> <p>() Todo território se define a partir de dois ingredientes, o espaço e o poder.</p> <p>() Todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território.</p> <p>() Um espaço pode ser reduzido a espaço natural, enquanto território, de fato, torna-se, automaticamente, quase sinônimo de espaço social.</p> <p>() Territórios são, antes, relações sociais projetadas no espaço concreto, podem formar-se e dissolver-se, construir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido.</p> <p>Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:</p>	
A.	(F), (F), (V), (F) e (F)
B.	(F), (V), (F), (F) e (V)
C.	(V), (V), (V), (F) e (F)
D.	(F), (V), (V), (V) e (V)
E.	(V), (V), (V), (F) e (V)

34. Tomando como referência a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, é CORRETO afirmar:

I - Artigo 2º - Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

II - Artigo 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; direito de ser respeitado por seus educadores; direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; direito de organização e participação em entidades estudantis; acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

III - Artigo 65 - Ao adolescente aprendiz, menor de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

IV - Artigo 69 - O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

V - Artigo 70 - É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA:

A.	Apenas as alternativas III e V estão incorretas.
B.	Apenas a alternativa V está incorreta.
C.	Apenas as alternativas II e IV estão incorretas.
D.	Apenas a alternativa III está incorreta.
E.	Todas as alternativas estão incorretas.

35. Tomando como referência a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, é CORRETO afirmar:

I - Artigo 2º - O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

II - Artigo 4º - Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

III - Art. 8º - O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

IV - Artigo 23 - A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

V - Artigo 34 - Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA:

A.	Somente as alternativas I e II estão corretas.
B.	Somente as alternativas II e IV estão corretas.
C.	Somente as alternativas II e III estão corretas.
D.	Somente as alternativas I, III e V estão corretas.
E.	Todas as alternativas estão corretas.

36. O Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, em seu Capítulo III trata Da Proteção do Trabalho da Mulher, Seção I Da Duração, Condições do Trabalho e da Discriminação Contra a Mulher ([Redação dada pela Lei nº 9.799, de 26.5.1999](#)).

Tomando como referência esta Lei e o Capítulo citado, é CORRETO afirmar:

I - Artigo 372 - Os preceitos que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída por este Capítulo.

II - Artigo 390-B - As vagas dos cursos de formação de mão-de-obra, ministrados por instituições governamentais, pelos próprios empregadores ou por qualquer órgão de ensino profissionalizante, serão oferecidas aos empregados de ambos os sexos.

III - Artigo 391 - Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez. Parágrafo único - Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

IV - Artigo 392-B - Em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.

V - Artigo 396 - Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA:

A.	Somente as alternativas II e III estão corretas.
B.	Somente as alternativas III e IV estão corretas.
C.	Somente as alternativas II, III e V estão corretas.
D.	Somente as alternativas I e II estão corretas.
E.	Todas as alternativas estão corretas.

<p>37. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Considerando que, no decorrer dos tempos, surgem necessidades de inclusão e exclusão de alguns artigos previstos nas leis, a LDB/1996 incluiu alterações em seu texto, no ano de 2021, quando da aprovação das Leis de nº 14.164, de 10 de junho de 2021, e de nº 14.191, de 03 de agosto de 2021. Tomando a LDB/1996 e as Leis aprovadas em 2021 como referência, é CORRETO afirmar que tais Leis contêm as seguintes ementas:</p>	
A.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher; Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.
B.	Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade; Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.
C.	Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade; Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos.
D.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.
E.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências; Acrescenta § 6º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

38. No texto “Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais”, Boschetti (2009) desenvolve um estudo problematizando o surgimento, desenvolvimento e as funções das políticas sociais, e realiza uma crítica a algumas perspectivas presentes na avaliação de políticas sociais. Ao discorrer sobre a avaliação das políticas sociais, caracteriza alguns aspectos que devem estar presentes no sentido de buscar analisar a política em sua totalidade, incorporando os principais aspectos que a constituem; de revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e as operacionais da política social; e articular os determinantes estruturais, as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução. Para tanto, sinaliza alguns aspectos e indicadores que se constituem como elementos empíricos de análise da política ou programa social avaliado: Aspecto 1 – Configuração e abrangência dos direitos e benefícios: objetivo de delinear um quadro de direitos e/ou benefícios previstos e/ou implementados pelas políticas e/ou programas sociais, de modo a chegar o mais próximo possível do estabelecimento de suas características essenciais; Aspecto 2 – Configuração do financiamento e gastos: objetivo de análise e avaliação das fontes dos recursos para verificar se possui caráter regressivo ou progressivo e quais são as implicações na abrangência e concepção dos direitos; Aspecto 3 – Gestão e controle social democrático: tem o objetivo de demonstrar como está estruturada a organização e gestão da política e/ou programa avaliado, tendo como parâmetro os princípios contemporâneos de gestão federada estabelecidos na Constituição Federal e como ocorre a participação e controle popular. Considerando o texto acima, referente aos objetivos dos Aspectos, identifique as alternativas que representam os indicadores:

1 – para identificar o que constitui ASPECTO 1.

2 – para identificar o que constitui ASPECTO 2.

3 – para identificar o que constitui ASPECTO 3.

Indicadores – Natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados; Abrangência.

Indicadores – Relação entre as esferas governamentais; Relação entre estado e organizações não governamentais.

Indicador – Participação e controle democrático.

Indicadores – Fontes do financiamento; Direção dos gastos; Magnitude dos gastos.

Indicadores – Critérios de acesso e permanência; Formas e mecanismo de articulação com outras políticas sociais.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(2), (1), (3), (1) e (2)
B.	(3), (1), (3), (2) e (1)
C.	(1), (3), (1), (3) e (1)
D.	(1), (2), (3), (1) e (3)
E.	(1), (3), (3), (2) e (1)

39. No artigo intitulado “Formulação, administração e execução de políticas públicas”, Teixeira (2009) apresenta um estudo das teorias do planejamento e gestão no campo das políticas sociais; aborda o planejamento estratégico como forma contemporânea de planificação; situa o contexto da formulação de políticas como espaço de disputa; e ressalta a necessidade da participação popular, finalizando com o enfoque ao orçamento público.

Considerando o enfoque que o autor apresenta no item que discute a Gestão pública planejada como exercício de liberdade e de democracia, assinale **V** para a afirmativa **verdadeira** e **F** para a **falsa**.

() A gestão pública democrática sintoniza com o planejamento estratégico.

() A gestão pública democrática tende a romper, nas organizações, com as hierarquias verticais rígidas de comando, promovendo um tipo de comunicação horizontal intensiva (colegiada).

() A gestão pública democrática busca ultrapassar a democracia representativa, combinando-a com a democracia participativa ou direta. É nesse horizonte que surgem e multiplicam-se os inúmeros fóruns compostos por representantes das organizações da sociedade civil.

() A gestão pública democrática caminha da centralização para a descentralização. A descentralização é uma tentativa de democratização das decisões de interesse coletivo. Mas não se pode confundir descentralização com desconcentração. Há desconcentração quando responsabilidades são delegadas a instâncias estaduais e municipais, sem que sejam descentralizados os recursos necessários.

Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA de cima para baixo:

A.	(V), (F), (F) e (V)
B.	(V), (V), (F) e (F)
C.	(F), (F), (V) e (V)
D.	(V), (V), (V) e (V)
E.	(F), (F), (F) e (F)

40. Para Berenice Rojas Couto (2009), “Um dos grandes desafios colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas [...] nas relações de trabalho nos quais a profissão é requerida.”

Na sequência do texto, após a citação mencionada, a autora apresenta argumentos que retratam o contexto atual da sociedade e argumenta que o(a) assistente social é chamado(a) a prestar serviços que tanto podem confirmar o sistema atual ou problematizar a organização da sociedade na busca de outra forma de sociabilidade. Porém, para problematizar e lutar por uma nova forma de sociabilidade, é necessária uma sólida formação teórica e técnica, para fugir das improvisações e planejar o trabalho, dando-lhe um sentido teleológico.

Diante do exposto, assinale a alternativa INCORRETA, que não corresponde aos argumentos da autora:

A.	Parte-se do pressuposto de que há uma margem de autonomia nas relações de trabalho em que os(as) assistentes sociais estão envolvidos, o que lhes permite desenvolver atividades comprometidas com interesses sociais presentes nos espaços sócio-ocupacionais. Assim, sem negar os condicionantes colocados pela condição de trabalhador assalariado, busca-se acentuar que há espaço para a defesa do projeto profissional em qualquer local, público ou privado, em que o assistente social é requisitado a intervir.
B.	É preciso destacar que, do ponto de vista jurídico-legal, na atualidade, dois instrumentos são fundamentais para a atuação profissional do(a) assistente social: a Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993), que regulamenta a profissão, e o Código de Ética de 1986 (CFESS, 1986), que define as competências e os valores éticos norteadores do trabalho profissional.
C.	É preciso reconhecer o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais. Toda e qualquer leitura da realidade que prescindir do reconhecimento de que o trabalho do(a) assistente social se coloca na tensão direta entre trabalho e capital corre o risco de produzir um conhecimento pragmático, descritivo, desconectado da sociedade.
D.	Ao assumir um espaço sócio-ocupacional, há que se estabelecer, com clareza, o que a profissão tem a oferecer como subsídio para o atendimento das demandas que competem à instituição.
E.	É fundamental que o(a) assistente social, ao propor o projeto de trabalho, compreenda como se conforma a instituição onde trabalha, quem são os usuários que se propõe a atender, que demandas lhe são colocadas e como isso pode ser compreendido dentro dos movimentos mais amplos da sociedade capitalista. Sem a interconexão das particularidades que enfeixam a demanda a ser atendida com as determinações gerais da sociedade, o trabalho fica reduzido, perdendo a potencialidade de transformação, da qual deve ser portador.

Ficha de respostas para conferência (Concurso Santo A. da Platina - PR – 24/04/2022)
Acesse o Gabarito Provisório a partir de 25/04/2022

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					